

CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





TCE propõe melhoria de projetos da Goinfra - FIO DIRETO

Com objetivo de evitar erros de projetos de obras públicas que resultem em prejuízo aos cofres públicos, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) irá fiscalizar as contratações e execuções de projetos de obras da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes (Goinfra).

O resultado está exposto no relatório de auditoria operacional aprovado ontem em sessão plenária, tendo como relator o conselheiro **Sebastião Tejota**. O relatório do Serviço de Análise de Editais e Projetos de Engenharia do Tribunal apontou falhas e fez recomendações para sua correção. Entre os "achados" da unidade técnica estão a baixa efetividade dos projetos, deficiências na gestão de projetos de obras rodoviárias e no planejamento, elaboração e aprovação dos de obras civis. Segundo **Sebastião Tejota**, as recomendações foram elaboradas para que sejam plenamente atingidas as metas de eficiência, eficácia e efetividade dos projetos utilizados para a contratação e execução de obras públicas pela jurisdicionada. "Foram evidenciadas as potenciais causas para falhas ou irregularidades que possam ocorrer em virtude de planejamento inadequado, buscando-se evitá-las nos futuros projetos desenvolvidos pela Goinfra", disse.



Dinheiro de corrupção será usado para reformar escolas - XADREZ

O projeto iniciado pelo Ministério Público Federal no Rio de Janeiro, que teve os primeiros passos em Goiás no fim de 2018, ganhou reforço para que dinheiro recuperado no trabalho contra a corrupção seja destinado à Educação, em reforço ao trabalho da atual secretária, Fátima Gavioli. Isso porque o MPF em Goiás assinou aditivo ao Termo de Cooperação Técnica, em que firmou compromisso de viabilizar a destinação das verbas recuperadas para a revitalização da rede física das escolas públicas de Goiás. O aditivo define a entrada da Controladoria-Geral (CGE), que vai estabelecer inspeções nas obras e implementar nas instituições o projeto 'Auditoria Cívica'. O aditivo também inclui o Tribunal de Contas do Estado (TCE) que deve subsidiar as licitações para as reformas, além de orientações técnicas sobre a correta aplicação dos recursos públicos nos trabalhos.



Caiado insistirá com processo para ingresso no Regime de Recuperação Fiscal

Governador irá se reunir em Brasília com representantes do governo federal

O governo estadual almeja o ingresso no Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Aos poucos o Estado vem tomando medidas para atender os critérios exigidos pelo governo federal sobre o assunto. No início da noite desta quarta-feira (22), haverá nova reunião entre representantes dos três poderes goianos e do Ministério da Economia.

Em dezembro, o governo havia conseguido prorrogar por mais três meses, a validade de liminar que permite o Estado a não pagar dívidas juntos a bancos públicos federais. A autorização foi dada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

A meta do governo é conseguir fazer o protocolo junto à Secretaria do Tesouro Nacional para ingresso ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), antes do vencimento do prazo de validade da liminar.

Ao Mais Goiás , o governador Ronaldo Caiado destacou que por mês, o Estado tem deixado de pagar R\$ 270 milhões mensais. Ele argumentou que a gestão tem adquirido fôlego, por conta do não pagamento das dívidas.

Uma alternativa, que na avaliação da equipe econômica do governo não resolve o problema das contas públicas de Goiás, mas que pode dar um alívio, é o chamado Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), apelidado de Plano Mansueto , por ter sido construído pelo secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida. A ajuda é menor do que em comparação com o RRF.

Caiado explicou que Goiás não pode ficar dependendo da liminar e precisa ter uma negociação definitiva para ingresso no Regime Fiscal.

"Goiás vive graças a uma liminar do Supremo Tribunal Federal em que nós pagamos quase R\$ 270 milhões por mês em decorrência de dívidas que nós temos com os bancos nacionais e ao Tesouro Nacional, é lógico que isso não pode continuar sem que haja uma solução definitiva, seja no chamado Plano Mansueto, seja no Regime de Recuperação Fiscal, nós temos que achar uma solução para Goiás. Não podemos continuar neste processo de indecisão e de total inviabilidade fiscal do Estado como o recebemos", afirmou.

Nesta quarta-feira (22), foi publicada no Diário Oficial de Goiás, lei que proíbe saques de depósitos judiciais . O governador também destacou que nesta terça-feira (21), houve reunião com representantes dos outros poderes para discutir o ingresso no RRF.

"É algo que exigiu de mim, como de todos os deputados, das lideranças dos demais poderes a discussão sobre este assunto. Hoje terei uma audiência às 18h30 com representantes dos poderes, Assembleia Legislativa , Tribunal de Justiça , Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público , Corregedoria do Estado junto ao ministro substituto Paulo Guedes no Ministério da Economia, precisamos ter um desfecho, não podemos ficar dependendo de liminar, pois mais dois meses, três meses. Goiás precisa ter saída para isso, diante desse fato tivemos uma reunião com representantes dos poderes", declarou Caiado.

O governo deixou de pagar no semestre passado cerca de R\$ 1,2 bilhão, o que permitiu ter um fôlego nas contas públicas. Após ter aprovado uma série de projetos que são exigências para ingresso no RRF, o Estado pretende fazer o protocolo, em janeiro.

Em dezembro ocorreu na Assembleia Legislativa, a aprovação de vários projetos que tratam de critérios exigidos pela Secretaria do Tesouro Nacional para ingresso no Regime de Recuperação Fiscal, como a venda de ações de Saneago, mudança no estatuto do servidor, revisão de incentivos fiscais, autorização para que ocorra a privatização de empresas (Iquego, Metrobus, Goiás Telecom, Celg G&T) e a mais polêmica que foi a Reforma da Previdência.



Presidentes dos poderes estaduais vão se reunir com Ministério da Economia sobre situação fiscal de Goiás

Governador visa à inclusão de Goiás no RRF ou, caso não seja viável, no Plano Mansueto

O governador Ronaldo Caiado (DEM) informou na manhã desta quarta-feira, 22, que irá se reunir com os presidentes dos Poderes do Estado junto ao substituto do ministro da Economia, Paulo Guedes, para abordar a situação fiscal de Goiás.

Segundo ele, estarão presentes representantes da **Assembleia Legislativa de Goiás (Alego)**, do **Tribuna de Justiça de Goiás (TJ-GO)**, do **Ministério Público de Goiás (MP-GO)**, do **Tribunal de Contas do Estado (TCE)** e da **Corregedoria-Geral do Estado (CGE)**.

O encontro, marcado para às 18h30 desta quarta, tem o objetivo de buscar uma solução para as finanças do Estado. "Todos sabemos da situação, nós não pagamos quase R\$ 270 milhões por mês de dívidas que temos com os bancos e o Tesouro e é lógico que isso não pode continuar sem que haja uma negociação definitiva", defendeu Caiado.

O governador visa à inclusão de Goiás no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), que suspende a dívida com o Governo Federal por um tempo longo e permite o pleito a empréstimos, ou, caso não seja viável, no Plano Mansueto. "Temos que achar solução para Goiás, não podemos continuar nesse processo de indecisão e de total inviabilidade fiscal do Estado, como nós o recebemos", disse o democrata.

O **governo de Goiás** visa à adesão ao RRF desde o início da gestão. Mas ainda não havia preenchido os requisitos necessários. No meio do ano, no entanto, o ministro Gilmar Mendes autorizou a suspensão da dívida por seis meses. Com o prazo chegando ao fim, o governador corre para conseguir a adesão. Na **Assembleia Legislativa de Goiás** já foram aprovadas leis que exigidas pelo programa.